

MERCADO AGROPECUÁRIO

1. Agropecuária puxa crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2021.
2. Boletim Focus/BCB aumenta a expectativa mediana do PIB 2021 para 4,36%.
3. IPCA sobe 0,83% e tem maior taxa para maio em 25 anos.
4. Copom deve elevar meta Selic para 4,25% ao ano, como medida de controle da inflação.
5. Impulsionado por ramo agrícola, PIB do agronegócio cresce 5,35% no 1º trimestre de 2021.
6. Conab reduz a estimativa de produção da safra brasileira.
7. Levantamento da safra de arroz aponta produtividades recordes no Rio Grande do Sul e setor vivencia redução nas exportações em 2021.
8. Conab divulga monitoramento de comercialização dos principais produtos nas centrais de abastecimento.
9. Sazonalidade de produção e alterações da demanda ditam balança comercial no mês de maio.
10. Menor compra de carne bovina da China reflete em queda nas exportações brasileiras em maio.
11. Exportações de carnes de aves e de suínos seguem em alta.
12. Queda no dólar e aquecimento das cotações no campo sinalizam nova onda de importações de lácteos.
13. Abertura do mercado mexicano para os produtos lácteos e gergelim brasileiros.
14. Dados definitivos confirmam as informações preliminares do IBGE para produção animal.

- Indicadores Econômicos -

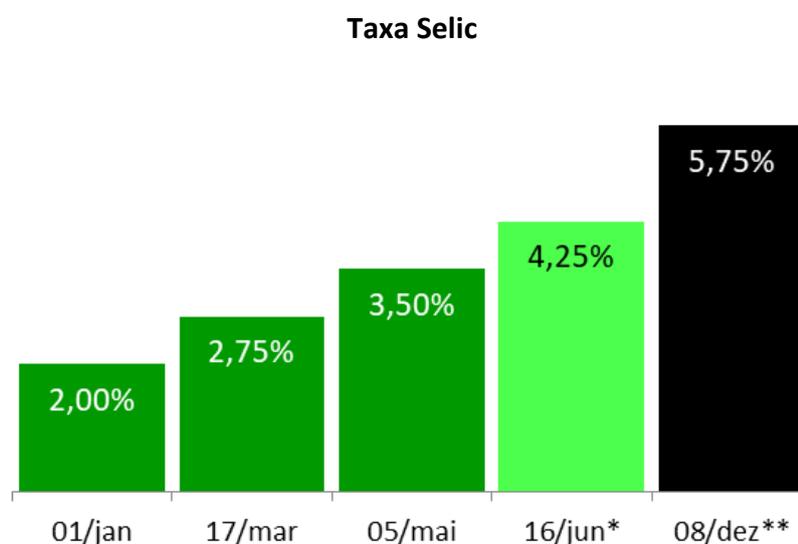
Economia cresce 1,2% no 1º trimestre de 2021 – O PIB surpreendeu e registrou crescimento acima do esperado. O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no dia 1º/06, registrou crescimento de 1,2% no primeiro trimestre de 2021, quando comparado ao quarto trimestre de 2020. A maior contribuição veio da agropecuária, com crescimento de 5,7%, seguido da indústria (0,7%) e de serviços (0,4%). Na comparação com o mesmo trimestre de 2020, o PIB apresentou crescimento de 1,0%.

Expectativas do Mercado – Expectativa para PIB tem revisões para cima em junho. Após a divulgação do PIB do primeiro trimestre de 2021, o mercado revisou suas expectativas para o crescimento da economia no ano. A expectativa, segundo o último Boletim Focus divulgado no dia 4/06, é de

crescimento de 4,36% do PIB, um aumento expressivo de 0,4 ponto percentual frente a expectativa da semana anterior (3,96%).

Inflação tem alta de 0,83% em maio, a maior taxa para o mês desde 1996 – Recomposição de preços administrados pressiona o índice em 2021. A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 0,83% em maio de 2021, puxada pelas altas no preço da energia elétrica e combustíveis. No ano, a inflação acumula alta de 3,22%. A aceleração da inflação em 2021 tem como responsável a recomposição dos preços administrados, represados em 2020 visando reduzir o impacto econômico dos aumentos sobre a população em razão da crise do covid-19. Os preços de alimentação e bebidas e, em especial, do subgrupo alimentação no domicílio, por outro lado, mostram arrefecimento no ano.

Selic em alta – Copom deve aumentar a Selic em 0,75 pp. Na 239ª reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que ocorrerá na próxima semana, a autoridade monetária deve decidir por um novo aumento da taxa básica de juros (Selic), de 0,75 ponto percentual, elevando a taxa para 4,25% a.a.. A decisão deve ocorrer em razão da aceleração nos preços de bens e serviços, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), provocada pela recomposição dos preços administrados e pela alta nos preços de combustíveis e energia elétrica no ano. Nos últimos 12 meses, encerrados em maio, o IPCA acumulou alta de 8,06%, ficando muito acima da meta de 3,75% a.a. estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o ano, que tem margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima. Em março, o Copom iniciou um ciclo de aperto monetário, que deve se estender até o segundo semestre. A expectativa do Boletim Focus é que a Selic encerre 2021 em 5,75% a.a.

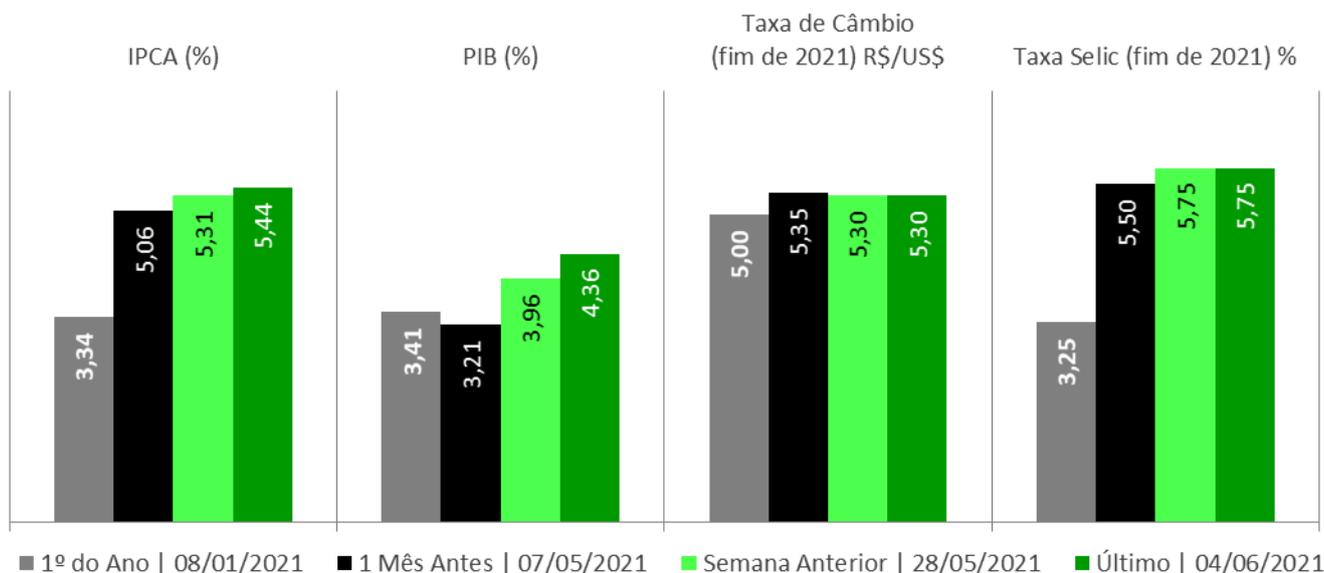


* De acordo com sinalização da última ata do Copom

** Expectativa Mediana Focus (04/junho)

Fonte: Copom e Focus (BCB). Elaboração: Dtec/CNA

Expectativas Medianas Para Algumas Datas Selecionadas



Fonte: Focus (BCB). Elaboração: Dtec/CNA

PIB do agronegócio – O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio, calculado pelo Cepea da ESALQ/USP e pela CNA apresentou crescimento de 5,35% no primeiro trimestre deste ano, puxado pelo ramo agrícola. A CNA divulgou nesta semana o relatório que traz os primeiros resultados do PIB do agronegócio para o ano, e o resultado é positivo, crescimento de 5,35% nos três primeiros de 2021. Os bons números são reflexos dos segmentos primários (dentro da porteira) e de insumos, que apresentaram crescimento na produção e nos preços, o que alavancou os resultados destes segmentos no início de ano. Importante destacar que esse aumento de preços é reflexo da alta demanda de *commodities* no mercado internacional, associada à desvalorização de nossa moeda, o Real.

No segmento de insumos, os dois principais destaques são: aumento no faturamento das rações pecuárias (98%) e das máquinas agrícolas (59%). No segmento primário, os destaques de faturamento ficam para os principais grãos produzidos no País: soja (91%), arroz (66%) e milho (53%). Importante destacar que o significativo aumento dos custos de produção (rações, fertilizantes, máquinas, etc) estão comprometendo a rentabilidade de algumas culturas da atividade primária, sobretudo na pecuária.

Considerando-se os desempenhos até o momento do agronegócio e da economia brasileira como um todo, a participação do agronegócio no PIB total pode ultrapassar os 30% em 2021. Acompanhe as próximas publicações.

	Insumos	Primário	Agroindústria	Agrosserviços	Total
Agronegócio	9,91	11,16	1,29	3,15	5,35
Agrícola	6,65	14,77	2,99	6,62	7,99
Pecuária	15,64	2,54	-5,37	-6,33	-1,96

Fonte: Cepea/USP e CNA

- Mercado Agrícola -

Grãos – Conab reduz a estimativa de produção da safra brasileira. De acordo com o [9º levantamento de safra da Conab](#), divulgado no dia 10 de junho de 2021, a produção brasileira de grãos está estimada em 262,1 milhões de toneladas, redução de 9,6 milhões de toneladas na previsão publicada em maio. A falta de chuvas no final de abril e começo de maio reduziu o potencial produtivo das lavouras de segunda safra. A produção de milho 2ª safra é agora estimada em 69,9 milhões de toneladas, queda de 9,8 milhões de toneladas com relação à estimativa de maio. O feijão 2ª safra também foi revisado de 1,32 milhão de toneladas para 1,23 milhão de toneladas. A estimativa de produção de trigo subiu 302 mil toneladas e, agora, é projetada em 6,9 milhões de toneladas, alta de 11,3% com relação à safra 19/20. Apesar das revisões, a oferta de grãos brasileira ainda é recorde e representa um crescimento de 5,1 milhões de toneladas em comparação a safra 2019/2020.

Arroz – Levantamento aponta produtividades recordes no Rio Grande do Sul e setor vivencia redução nas exportações em 2021. O [levantamento do Instituto Rio Grandense do Arroz \(Irga\)](#) apontou uma média de produtividade de 9.010 kg/ha, alta de 7,3% com relação à última safra que já havia sido o recorde de no estado. O clima favoreceu o desenvolvimento da cultura e os produtores tiveram maiores margens de investimento nos cultivos. Segundo o levantamento da Conab, a safra brasileira de arroz deverá atingir 11,6 milhões de toneladas, alta de 4% com relação à safra passada. Os resultados de campo indicam boa oferta de arroz em 2021 no Brasil. Quanto às exportações acumuladas de arroz de janeiro a maio de 2021 verifica-se o volume de 406 mil toneladas (base casca) embarcadas, redução de 36% em comparação ao mesmo período em 2020.

Frutas e Hortaliças – Conab divulga monitoramento de comercialização dos principais produtos nas centrais de abastecimento. O [monitoramento semanal](#) da Conab traz informações pertinentes à comercialização dos principais produtos nas centrais de abastecimento do Brasil, no intervalo de 30 de maio e 6 de junho. Segundo os dados apontados, há prevalência de queda na comercialização, podendo o movimento estar atrelado ao feriado de Corpus Christi e à redução na oferta de alguns produtos, decorrente das temperaturas amenas e desaceleração na maturação a campo. As centrais de abastecimento da região Sul apresentaram maior redução na oferta, tendo destaque para o tomate italiano, que apresentou redução nas centrais do Rio Grande do Sul (-19,2%) e Paraná (-64,2%) e tomate longa vida no Paraná (-25,2%). Destaque também para a maçã gala, que apresentou queda acentuada na oferta em todas as centrais avaliada, com uma média de -25,0%. Vale ressaltar que, no geral, as quedas na oferta não estão atreladas a aumento nos preços praticados.

Frutas e Hortaliças – Sazonalidade de produção e alterações da demanda ditam balanço comercial no mês de maio. Segundo dados do ComexStat, no mês de maio, verifica-se um aumento nas exportações de cebola e alho de 15,7% e 16,7%, respectivamente, em relação a abril. Por outro lado, destaca-se a redução acentuada na importação de -54% para cebola e -14,8% para o alho. A entrada da safra e aumento da oferta no País contribuiu para a construção desse cenário. No caso da uva, verificou-se um aumento de 39,5% estimulado pela maior demanda no mercado internacional, principalmente na União Europeia pelas uvas do Vale do São Francisco (PE/BA). Por outro lado, os embarques reduziram para o melão (-67%), maçã (-36%) e manga (-9,85). No caso do melão, o setor caminha para entressafra o que reduz a disponibilidade. Já a maçã vem de um mês de abril com bons resultados nos embarques que, associado à aproximação com o fim da colheita, contribuiu para os menores volumes em relação ao mês anterior. Mesmo comportamento é verificado para a manga, que vem de um mês de abril que foi recorde de exportação. Apesar da leve redução, os volumes embarcados ainda é o maior já verificado para o mês de maio.

- Mercado Pecuário –

Pecuária de corte - Menor compra da China reflete em queda nas exportações em maio. Dados da Camex apontam que os embarques de carne bovina (*in natura* e processada) somaram 149,8 mil toneladas em maio, uma queda de 18% em relação a maio de 2020 e aumento de 1% em relação ao mês anterior. No acumulado do ano, temos um embarque 2,9% menor que o mesmo período do ano passado. Segundo a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), os volumes mais fracos em maio foram puxados por uma redução nos embarques para a China, principal cliente do Brasil em carne bovina. Apesar da queda em maio, no acumulado dos primeiros cinco meses de 2021, a importação de carne bovina do Brasil pelos chineses somou o equivalente a 418 mil toneladas frente a 413 mil toneladas no mesmo período de 2020. Já no acumulado dos últimos seis anos, houve um incremento de 300% na compra de carne bovina brasileira pela China, que saiu de 20,2 mil toneladas em maio de 2016 para 67,2 mil toneladas em maio de 2021.

Aves/Suínos – Exportações seguem em alta. Dados da Camex apontam que os embarques de carne de frango e suína (considerando todos os produtos, entre *in natura* e processados) apresentam alta de receita e de volume no acumulado do ano entre janeiro e maio. No período, houve aumento de 4,6% e 18,4% nas exportações de aves e suínos, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano passado. Para o frango, alguns mercados têm se destacado no incremento das importações de janeiro a maio, como Chile (+152%), Filipinas (+65%), Reino Unido (+41%) e Rússia (+33%). Já para carne suína, os destaques foram Chile (+94%), Argentina (+63%), China (+ 29%) e Vietnã (+27%). Para a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), apesar da alta de custos de produção causada pela elevação dos custos dos grãos, os produtos brasileiros seguem com boa demanda no exterior, fazendo com que o País siga tendo competitividade no mercado internacional.

Pecuária de leite – Queda no dólar e o aquecimento das cotações no campo sinalizam nova onda de importações. Com o dólar por volta dos R\$ 5,15 em 1º/06 e as cotações de leite spot se aquecendo em função da entressafra, as importações de lácteos voltam a se tornar atrativas. Os preços internacionais seguem ainda elevados, na casa dos US\$ 4.062 conforme leilão GDT de 1º/06, mas o arrefecimento do dólar e o spot girando em torno de R\$ 2,75 na média do indicador Cepea, para Goiás, Minas Gerais e São Paulo, indicam a tendência de aumento nas importações. Nas cotações do início do mês corrente, o leite internalizado no Brasil ficaria em torno de R\$ 2,55/litro. De fato, o aquecimento do mercado interno em função da entressafra tem contribuído para aumento nos volumes ingressando no País, com evolução de 15% em maio ante o mês anterior. No acumulado de 2021, o volume de 63,4 mil toneladas ingressado no Brasil fica em torno de 40% superior ao verificado no mesmo período de 2020, mas 11% abaixo da média apresentada entre 2016 e 2019. Com o arrefecimento ainda maior do dólar nos 10 últimos dias, cotado a R\$ 5,05 em 10/06, se acende o alerta para nova onda de importações, uma vez que o leite aqui internalizado giraria em torno dos R\$ 2,50/litro.

Pecuária de leite – Abertura do mercado mexicano para os produtos lácteos e gergelim brasileiros. O México reconheceu os requisitos sanitários brasileiros e autorizou a exportação de leite, produtos lácteos e gergelim aos mexicanos. As autoridades do México habilitaram 18 empresas lácteas a atuar em seu mercado com leite em pó e queijos, coroamento de trabalhos que se iniciaram em 2018. Informações preliminares pontuam que as plantas habilitadas estão lotadas no Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e em demais estados, mas a confirmação e a liberação para as exportações ocorrem somente após a publicação do Certificado Sanitário Internacional pelo Ministério da Agricultura, que deve ocorrer nas próximas semanas.

Abate e captação de leite trimestral - Dados definitivos confirmam informações preliminares do IBGE para produção animal. As Pesquisas Trimestrais do Leite, do Abate de Animais e da Produção de Ovos de Galinha, do IBGE, referentes ao primeiro trimestre de 2021, confirmam as informações preliminares, divulgadas no mês passado. O abate de bovinos caiu 10,6% ante mesmo período de 2020, ao passo em que suínos e aves tiveram acréscimos de 5,7% e 3,3%, respectivamente. A retenção de fêmeas segue como o principal motivo da queda apresentada pelos bovinos, enquanto suínos e aves tiveram os embarques externos como principal *driver* dos resultados. Já para a produção de ovos, houve leve recuo de 0,3% em 12 meses, fruto do descarte de matrizes antecipado ocorrido em 2020. O leite, por sua vez, apresentou modesto incremento de 1,8% no período, alcançando um volume total captado pela indústria de 6,5 bilhões de litros, movimento aquém do crescimento anual médio de 3,9% apresentado pelo setor desde 2000.

INFORME SETORIAL

1. Sancionada a Lei 14.166/2021 de renegociação das dívidas rurais e não rurais com os Fundos Constitucionais de Financiamento.
2. Sancionada a Lei 14.165/2021 de quitação e renegociação de dívidas relativas às debêntures emitidas por empresas e subscritas pelo Finor e Finam.
3. Rio Grande do Sul publica lei para fomento da atividade aquícola no estado.
4. CNA participou de fórum estadual contra a febre aftosa.
5. Mato Grosso do Sul lança índice do leite
6. Mapa publica Tomada Pública de Subsídios para rotulagem de produtos à base de plantas.
7. CNA participou da sessão de debates temáticos sobre o PL 827/2020, no Senado Federal.
8. CNA defende a importância das 19 “salvaguardas institucionais” e do marco temporal da ocupação indígena de out/1988, fixados pelo próprio STF no do caso Raposa Serra do Sol.
9. CNA promoveu a Live: Equilíbrio nos Contratos Rurais - uma proposta de melhoria para todo o sistema produtivo.
10. CNA e Embrapa debateram Programa Soja Baixo Carbono.
11. Ministério da Agricultura publica zoneamento agrícola para a safra 2021/2022.
12. Comissão Nacional de Hortaliças e Flores da CNA debateu a legislação vigente de classificação e propostas para autocontrole.
13. Setor de fruticultura promove reunião para apresentar os avanços alcançados dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento da Fruticultura.

Sancionada a Lei 14.166/2021 – Publicada no DOU, no dia 11/06, a Lei de renegociação das dívidas rurais e não rurais com os Fundos Constitucionais de Financiamento. Sancionada, com vetos, a Lei de renegociação de dívidas com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). A CNA avaliará os dispositivos vetados, bem como as respectivas justificativas para os vetos, e produzirá Comunicado Técnico sobre as mudanças no texto sancionado e os detalhes sobre as condições para adesão, que será encaminhado às Federações estaduais.

Sancionada a Lei 14.165/2021 – Publicada no DOU, no dia 11/06, a Lei de quitação e renegociação de dívidas relativas às debêntures emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimento regionais. Sancionada a Lei de repactuação de dívidas com o Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor). A Lei foi sancionada sem vetos e uma nova regulamentação deve ser editada a fim de considerar as modificações realizadas ao longo da tramitação do texto no Congresso Nacional. A CNA produzirá Comunicado Técnico com os detalhes das condições de repactuação das dívidas, que será encaminhado às Federações estaduais.

Rio Grande do Sul - publicada lei para fomento da atividade aquícola no estado. O governador Eduardo Leite (PSDB/RS) publicou, em 31 de maio, legislações específicas para a retomada econômica do Rio Grande do Sul, dentre elas a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura. O intuito da norma é organizar melhor a cadeia produtiva que conta com mais de 50 mil pequenas propriedades no estado por meio do fomento a linhas de pesquisa direcionadas ao setor, preservação e recuperação dos ecossistemas aquáticos e melhoria na segurança jurídica aos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental da atividade comercial.

CNA participou de fórum estadual contra a febre aftosa. O presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Gedeão Pereira, participou da abertura do II Fórum Estadual de Vigilância contra Febre Aftosa do Rio Grande do Sul, realizado em 10 de junho. Além da presença do presidente, a CNA ministrou palestra sobre as ações que o setor produtivo deve tomar para manter o status sanitário do estado como livre de febre aftosa sem vacinação: cobrar a criação/reformulação do fundo indenizatório estadual privado, manutenção das medidas de vigilância passiva, manutenção e atualização dos dados cadastrados no órgão estadual de defesa sanitária animal, respeito às novas regras de trânsito (em especial a proibição do trânsito de animais de zona com vacinação para zona sem vacinação), capacitação dos colaboradores na identificação de enfermidades e notificação da suspeita de doença ao órgão estadual de defesa sanitária animal.

Mato Grosso do Sul - lançado índice do leite. Com a extinção do Conseleite/MS, em outubro de 2020, o setor leiteiro do estado iniciou as tratativas para criação de metodologia semelhante para auxiliar a negociação entre produtores e indústrias pautados pelo princípio da transparência. Baseado no índice da Câmara de Conciliação da Cadeia Láctea de Goiás, no dia 10/06, foi oficialmente lançado o índice do leite para o estado do Mato Grosso do Sul, que será calculado pela Secretaria de Fazenda com base em uma cesta de lácteos composta por leite UHT, pasteurizado, e spot, além da muçarela. O índice será publicado no portal eletrônico da Semagro mensalmente, na primeira semana, e servirá de base para a livre negociação entre produtores e indústrias.

Ministério da Agricultura - publicada Tomada Pública de Subsídios para rotulagem de produtos à base de plantas. No dia 11 de junho, a Secretaria de Defesa Agropecuária (DAS) publicou a Portaria nº 327/2021, com o objetivo de colher contribuições para a discussão da regulamentação de produtos de origem vegetal análogos aos de origem animal, autodenominados “plant based”. A discussão ocorre em momento propício, no qual a tecnologia de alimentos vem avançando de forma célere para esse tipo de produto, contudo, não

há hoje o regramento da nomenclatura e rotulagem para esses tipos de produtos, o que acarreta em prejuízos à bastante regulamentada indústria de produtos de origem animal e acaba por expor o consumidor ao engano. O assunto será discutido pela CNA junto às Federações de Agricultura, Comissões Nacionais e Câmaras Setoriais, com vistas a construir uma proposta robusta para subsidiar a atuação da SDA. As contribuições poderão ser encaminhadas via formulário através do link:

<http://sistemas.agricultura.gov.br/agroform/index.php/345584?lang=pt-BR>.

Irrigação – No dia 10/06, a CNA garantiu a prioridade da outorga pelo uso da água para a produção agropecuária na bacia do Rio Paranaíba, servindo de referência para todo o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. Foi recusado, na Câmara Técnica de Assuntos Legais do CNRH, o recurso apresentado pelo setor de energia elétrica para revisão da Deliberação nº 88/2018, do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, que reconheceu, à montante da UHE Batalha, a irrigação como prioridade de uso. Relatório segue para deliberação da plenária do CNRH com a recomendação pelo não aceite do recurso, haja vista que não foi comprovado nenhum ato irregular e ilegal no processo que resultou na Deliberação do Comitê.

Reintegração de posse (PL 827/2020) – No dia 11/06, a CNA participou da sessão de debates temáticos sobre os impactos do projeto 827/2020 que estabelece a suspensão das ordens judiciais, extrajudiciais e administrativas de desocupação e/ou reintegração de posse, em meio urbano e rural, até o dia 31 de dezembro de 2021. O presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (Faea) e vice-presidente da CNA, Muni Lourenço, participou da audiência pública e expôs os impactos negativos que a proposta resulta para o setor agropecuário. Dentre elas destacam-se a suspensão do direito de autotutela da posse, proibindo o produtor rural de defender-se de um esbulho e/ou turbação em sua área, além da possibilidade de incentivar ainda mais as invasões violentas de propriedades rurais. Ademais as realidades das invasões no meio rural são diferentes da área urbana, devido ao longo histórico de esbulhos com o uso de violência e com fins políticos no meio agrário. A CNA considera que o Projeto de Lei é inconstitucional, pois vai contra o direito de propriedade e aumentará a insegurança jurídica no campo.

Segue o link da audiência: [Sessão de debates sobre o PL 827/2020 no Senado Federal](#)

Demarcação de Terras Indígenas (TI's) – No dia 11/06, a CNA atou para suspensão do julgamento em plenário do Recurso Extraordinário (RE) 1017365/SC, tema 1031 da Repercussão Geral, que tramita perante o Supremo Tribunal Federal (STF), após o ministro Edson Fachin emitir voto contrário aos interesses do setor na questão indígena. A CNA defende a importância das 19 “salvaguardas institucionais” e do marco temporal da ocupação indígena de out/1988, fixados pelo próprio STF no do caso Raposa Serra do Sol (PET 3.388/2009). A mudança de entendimento do STF poderá resultar em insegurança jurídica no campo e possíveis novos conflitos fundiários. Além disso, defendemos a aprovação do Projeto de Lei 490/2007, que tramita na Câmara dos Deputados, para pacificar o tema no legislativo.

Grãos – CNA promove Live: [Equilíbrio nos Contratos Rurais - uma proposta de melhoria para todo o sistema produtivo](#). O principal ponto abordado foi a importância da manutenção da credibilidade do sistema de comercialização futura das safras. Durante a live, cada representante teve a oportunidade de expor as principais melhorias necessárias para cada elo da cadeia produtiva de grãos do Brasil. Participaram do debate o presidente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da CNA, Ricardo Arioli; o fundador do Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio (IBDA), Renato Buranello; o presidente executivo da Associação Brasileira das Indústrias de óleos Vegetais (Abiove), André Nassar; e o representante da CNA nas Câmaras Setoriais da Cadeia Produtiva da Soja e da Cadeia Produtiva da Soja do Ministério da Agricultura, Moisés Schmidt.

Soja – CNA e Embrapa debatem Programa Soja Baixo Carbono. Tema foi debatido na Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da CNA. De acordo com a Embrapa, a proposta é criar uma metodologia brasileira com critérios mensuráveis das técnicas de manejo empregadas pelo produtor na produção de soja, com foco em ações que mitiguem as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs). A possibilidade de quantificar e expor a sustentabilidade da soja brasileira, para o mercado internacional, foi apontado como objetivo fundamental para a cadeia produtiva. A gestão de risco de preços de soja e milho também foi discutida durante a reunião.

Milho 1ª safra – Ministério da Agricultura publica zoneamento agrícola para a safra 2021/2022. Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão, Piauí, Acre, Rondônia, Tocantins, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram contemplados com a publicação das portarias de nº 159 a 175 do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) para o milho primeira safra no ciclo 2021/22. O zoneamento indica as melhores épocas de plantio de milho na primeira safra para os diferentes tipos de solo, levando em conta o ciclo de diferentes cultivares. As informações de risco servem como base para o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e para o Programa de Seguro Rural (PSR).

Hortaliças e Flores - Comissão Nacional de Hortaliças e Flores da CNA discute sobre a legislação vigente de classificação e propostas para autocontrole. Os membros da comissão se reuniram no dia 8/06 para debater as propostas trazidas pelo PL 1.293/2021, sobre a indicação e estabelecimento de padrões privados na produção agropecuária. Outro tema discutido foi o de classificação, sendo apresentada a legislação vigente e os benefícios ao setor quanto à definição de padrões de qualidade e a classificação da produção de acordo com os mesmos. A prática é um instrumento de proteção para o setor e auxilia na abertura de mercados.

Frutas – Setor de fruticultura promove reunião para apresentar os avanços alcançados dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento da Fruticultura. A [Comissão Nacional de Fruticultura da CNA](#) se reuniu no dia 10/06, em conjunto com a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Fruticultura do Mapa, para apresentar uma releitura e análise dos pontos trazidos pelo Plano Nacional de Desenvolvimento da Fruticultura, lançado em 2018. O Brasil é o terceiro maior produtor de frutas do mundo, e o Plano foi elaborado como ferramenta de estruturação, ampliação e enfrentamento de desafios cotidianos do setor. Alguns avanços conquistados pelo setor desde o lançamento do Plano foram apresentados, como a abertura de novos mercados para exportação e o aumento do suporte fitossanitário para as *minor crops*.

AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

14/06 – Painel Campo Futuro de grãos – Uruguaiana (RS)

14/06 – Primeira reunião no comitê executivo do plano setorial para adaptação à mudança do clima e baixa emissão de carbono na agropecuária (2020-2030)

15/06 – Painel Campo Futuro de grãos em Xanxerê (SC)

15/06 – Reunião do GT de Fitossanidade da CNA

15/06 – Evento Dia Nacional da Irrigação

15/06 – Encontro Ruralista do Pará

15/06 – Reunião ordinária para acompanhamento do projeto PRAVALER Boca do Acre

15/06 – Painel Campo Futuro Pecuária de Leite – Chopinzinho (PR)

15/06 – Reunião GT - Plano Nacional do Feijão

16/06 – Reunião da Comissão Nacional do Meio Ambiente

16/06 – Painel Campo Futuro Pecuária de Leite – Castro (PR)

16/06 – Painel Campo Futuro de grãos em Campos Novos (SC)

16/06 – Reunião sobre o Plano Nacional do Trigo

17/06 – Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura do Mapa
17/06 – Painele Campo Futuro de grãos em Tubarão (SC)
17/06 – Reunião do Grupo de Trabalho de Crédito da Câmara Setorial do Cacau do Mapa
17/06 – Painele Campo Futuro Pecuária de Leite – Cascavel (PR)
17/06 – Painele Campo Futuro Suinocultura independente em Pará de Minas (MG)
18/06 – Painele Campo Futuro Pecuária de Leite – Toledo (PR)
18/06 – Reunião sobre Regime de Concessão do DT-e
18/06 – Reunião do Comitê Minor Crops Brasil
18/06 – Reunião do Conselho Consultivo da Empresa de Pesquisa Energética